

## INDEFINIÇÕES E CENÁRIO PÓS-ELEIÇÕES EXIGEM QUE CATEGORIA SE MOBILIZE NO DIA 11

O próximo dia 11 de novembro será o dia em que os servidores do Judiciário Federal retomarão a luta em assembleias por local de trabalho no Rio de Janeiro – mais um passo importante em defesa da aprovação do PL 6613. O término das eleições gerais, que definiram a próxima presidente da República e, por outro lado, a falta de um acordo concreto que garanta a inclusão da previsão do PCS4 no Orçamento de 2011, exigem que a categoria atenda ao chamado dos sindicatos e participe do calendário nacional de mobilizações aprovado na última reunião ampliada da Fenajufe.

Durante as conversas que teve com o ministro Peluso, o presidente Lula garantiu que aguardaria o resultado do pleito de outubro para submeter à candidata eleita a reivindicação da categoria. Agora, a Federação vai até o Supremo visando garantir que os projetos sejam aprovados logo, com tempo de a primeira parcela ser implementada em janeiro de 2011. Mas, para isso, é fundamental que a categoria retome as mobilizações de forma intensa, promovendo as assembleias por local de trabalho no próximo dia 11. Além disso, devemos discutir a greve por tempo indeterminado a partir de 17 de outubro.

### QUINTA 11 DE NOVEMBRO

## Dia Nacional de Mobilização do Judiciário

## Assembleias por local de trabalho

**TRT Lavradio – 10h**

**JF Rio Branco – 12h**

**TRF e JF Venezuela – 13h**  
(assembleia conjunta na rua do Acre  
em função das obras viárias na av. Venezuela)

**TRE – 15h**

## PARTICIPE!

### Especulações contraditórias da imprensa devem servir de alerta

Matérias divulgadas em jornais de grande circulação nos últimos dias, logo após o resultado do 2º turno, informam que o atual governo poderá adotar um pacote de medidas impopulares antes de a presidente eleita, Dilma Rousseff, tomar posse. Essas manobras tentam, isso sim, condicionar o atual governo e a equipe de transição para que ponham em prática as medidas que tanto a mídia comercial, quanto seu braço político (hoje na oposição federal), pregam: corte de gastos e enxugamento do setor público. Para outros jornais, no entanto, o relator do Orçamento, deputado Gim Argello “quer dar o aumento aos servidores do Poder Judiciário, que custaria cerca de R\$ 7 bilhões. Mas a ideia, segundo integrantes da comissão, é escalonar esse aumento em seis anos”. Os dirigentes sindicais alertam que a categoria não deve se pautar pelas especulações dos veículos de comunicação, que historicamente se posicionam claramente contrários à luta dos trabalhadores e aos reajustes dos servidores públicos. A categoria, em todo país, deve se manter mobilizada e construir um movimento grevista para a segunda quinzena de novembro. Para isso, assembleias, debates nos locais de trabalho, atos públicos e outros tipos de atividade devem ter a adesão de todos os servidores, com o objetivo de mostrar coesão e força para cobrar nada mais do que fora anteriormente acertado entre Executivo e Judiciário: a nossa justa revisão salarial – com o menor escalonamento possível!

